



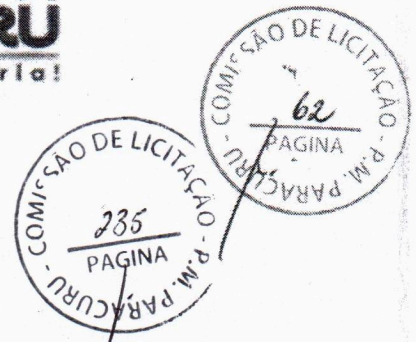
PREFEITURA DE  
**PARACURU**  
Uma nova história.



## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. AQUISIÇÃO DE ÁGUAS ADICIONADA DE SAIS, ÁGUA MINERAIS, VASILHAMES DE ÁGUA, RECARGAS DE GÁS E VASILHAMES DE GÁS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEMAIS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

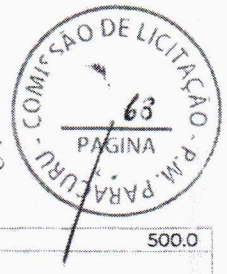
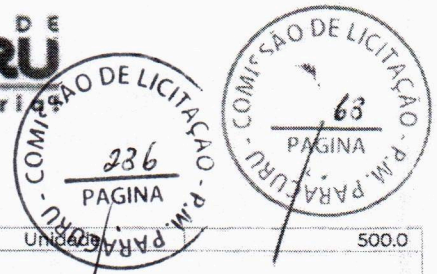
SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML acondicionada em garrafa plástico; contendo 300ml.	10.000,00	Unidade
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML acondicionada em garrafa plástico; contendo 500ml.	10.000,00	Unidade
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG em conformidade com as especificações técnicas da abnt (associação brasileira de normas técnicas) e anp (agência nacional do petróleo).	50,00	Unidade
4	GARRAÇÃO PARA ÁGUA, VAZÃO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS em material polipropileno, transparente e lacrado.	100,00	Unidade
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAÇÃO DE 20 LITROS embalado em material de polipropileno, transparente e lacrado.	4.000,00	Unidade
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG em conformidade com especificações técnicas da abnt (associação brasileira de normas técnicas) e da anp (agência nacional do petróleo).	1.500,00	Unidade

1.1.2. Estimativas de consumo individualizadas do(s) órgão(s) participante(s):

**MANIFESTANTE: Secretaria de Governo**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	300,0





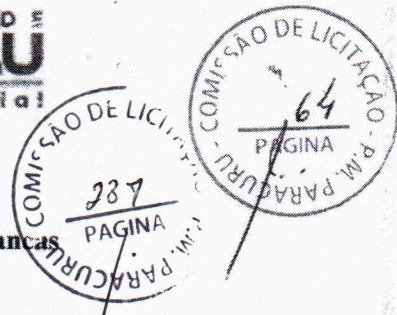
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	500.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	4.0
4	GARRAFÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	6.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFÃO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	1000.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13 KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	12.0

**MANIFESTANTE: Secretaria de Administração**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	300.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	500.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	6.0
4	GARRAFÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	10.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFÃO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	5000.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	120.0

*[Handwritten signatures and initials]*





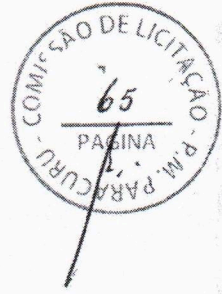
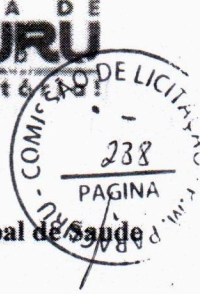
MANIFESTANTE: Secretaria de Finanças

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	300.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	500.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	4.0
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO	Unidade	6.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	1000.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA) 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	24.0

MANIFESTANTE: Secretaria de Saude

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	300.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	300.0
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	10.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	400.0





**MANIFESTANTE: Fundo Municipal de Saúde**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	1500.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	1500.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	50.0
4	GARRAÇÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	100.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAÇÃO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	2500.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	200.0

**MANIFESTANTE: Secretaria de Assistência Social**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	1000.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	1000.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	5.0
4	GARRAÇÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	100.0

*[Handwritten signatures and marks]*





5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE GÁS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	300.0
6	RECARGA DE GÁS (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	100.0

**MANIFESTANTE: Fundo Municipal de Assistencia Social**



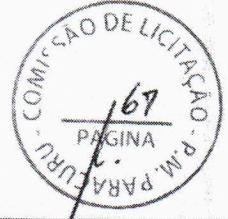
SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	1000.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	2000.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, ETANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	5.0
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	50.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE GÁS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	500.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	100.0

**MANIFESTANTE: Secretaria de Infraestrutura**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	600.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML	Unidade	600.0

*[Handwritten signatures and initials]*





	ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.		
4	GARRAFÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	20.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SALS, EM GARRAFÃO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	



**MANIFESTANTE: Sec. do Trabalho e Desenvolvimento Econ.**

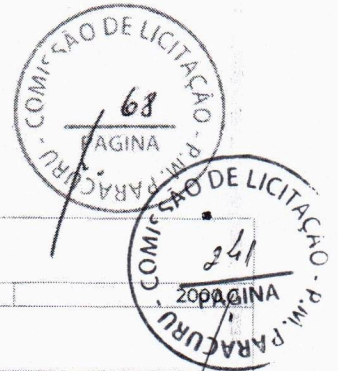
SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	300.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	700.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	4.0
4	GARRAFÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	20.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SALS, EM GARRAFÃO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	550.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	16.0

**MANIFESTANTE: Secretaria do Turismo e Meio Ambiente**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML	Unidade	2000.0

*[Handwritten signatures and initials]*





	ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.		
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	
3	BOTIÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	2.0
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	8.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMPALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	150.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA) 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	10.0

**MANIFESTANTE: Sec.de Agropecuaria, Pesca e Rec. Hidri.**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	200.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	500.0

**MANIFESTANTE: Secretaria de Esporte**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML.	Unidade	1500.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	Unidade	2000.0

*[Handwritten signatures and initials]*





3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG	Unidade	20
	EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).		
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	Unidade	120,0
	EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.		
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS	Unidade	120,0
	EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.		
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA) 13KG	Unidade	12,0
	EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).		



**MANIFESTANTE: Sec. de Seg. Publica, Cidadania e Transito**

SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML	Unidade	1500,0
	ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.		
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML	Unidade	500,0
	ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.		
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG	Unidade	12,0
	EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).		
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	Unidade	40,0
	EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.		
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS	Unidade	1500,0
	EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.		
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG	Unidade	220,0
	EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).		

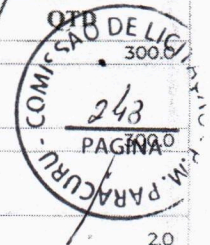
**MANIFESTANTE: Secretaria de Articulação Social**

*[Handwritten signatures and initials]*





SEQ	DESCRIÇÃO	UND	
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	2.0
4	GARRAFAO PARA AGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	6.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	100.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA) 13KG EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	12.0



**MANIFESTANTE: Secretaria de Cultura e Economia Criativa**

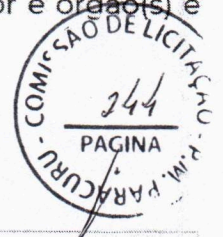
SEQ	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 300ML.	Unidade	3000.0
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO, CONTENDO 500ML.	Unidade	5000.0
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	Unidade	6.0
4	GARRAFAO PARA AGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	16.0
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	Unidade	700.0
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA) 13KG	Unidade	20.0





EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).

1.1.3. Estimativas de consumo consolidado, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).



VASILHAMES E RECARGAS DE ÁGUAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
3	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG	152,0	Unidade	R\$ 233,34	R\$ 35.467,68
Especificação: EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).					
6	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG	2346,0	Unidade	R\$ 118,68	R\$ 278.423,28
Especificação: EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).					
<b>Valor total do lote R\$ 313.890,96 (trezentos e treze mil, oitocentos e noventa reais e noventa e seis centavos)</b>					

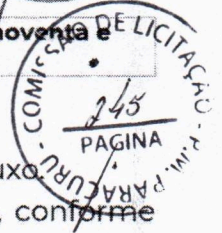
VASILHAMES E RECARGAS DE GÁS					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML	24100,0	Unidade	R\$ 1,84	R\$ 44.344,00
Especificação: ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICA, CONTENDO 300ML.					
2	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML	27900,0	Unidade	R\$ 2,07	R\$ 57.753,00
Especificação: ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICA, CONTENDO 500ML.					
4	GARRAFAO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS	498,0	Unidade	R\$ 26,61	R\$ 13.251,78
Especificação: EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.					
5	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS	19820,0	Unidade	R\$ 7,46	R\$ 147.857,20
Especificação: EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.					
<b>Valor total do lote R\$ 263.205,98 (duzentos e sessenta e três mil, duzentos e cinco reais e noventa e oito centavos)</b>					

*[Handwritten signatures and initials]*





Valor total R\$ 577.096,94 (quinhentos e setenta e sete mil e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)



- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
- 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 577.096,94 (quinhentos e setenta e sete mil e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos)
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.
- 4.4. As entregas dos bens deverão ocorrer nas escolas municipais e nos demais órgãos participantes, de acordo com as necessidades de cada secretaria solicitante.





## 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos endereços solicitado pela secretaria, anexado juntamente com todas as informações necessárias na ordem de compra.

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

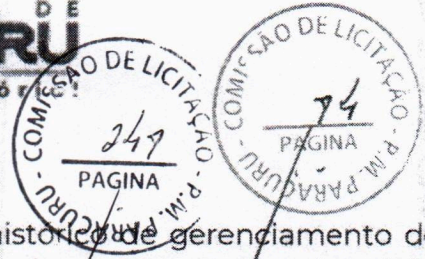
6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

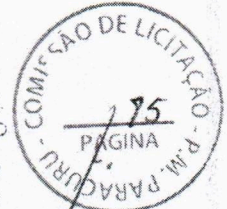
6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.





6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

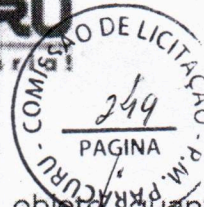
7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

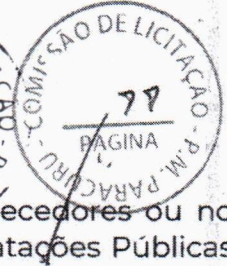
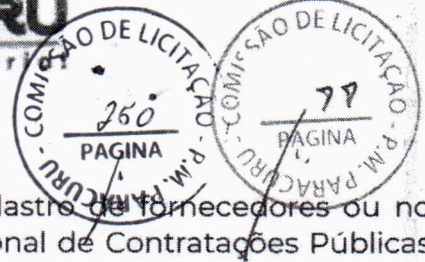
7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.





7.13. A Administração deverá realizar consulta ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

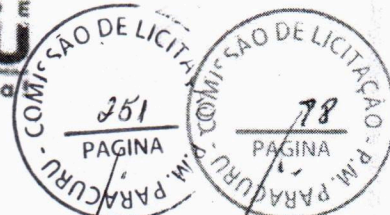
7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

## 8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

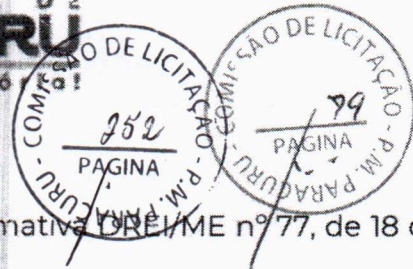
8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será





considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural-pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;
- II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e
- III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$ .
- 8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).









8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

### Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - Os quantitativos e os saldos;
- II - As solicitações de adesão; e
- III - O remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que









inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

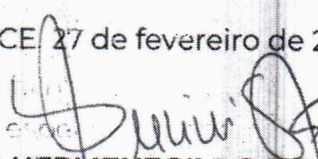
9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paracuru, CE 27 de fevereiro de 2025

  
**FRANCISCO HERMENEGILDO DA SILVA**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

  
**FRANCISCO HENES FERREIRA CUNHA**  
ORDENADOR DE DESPESAS









**ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**JUSTIFICATIVA ESCOLHA DA FORMA DE JULGAMENTO - MENOR PREÇO POR LOTE**

A principal intenção da Administração em realizar o processo por lote (global) justifica-se pelo princípio da economicidade, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos, atentando-se aos custos indiretos da contratação.

Assim, justifica-se a contratação por lote pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário.

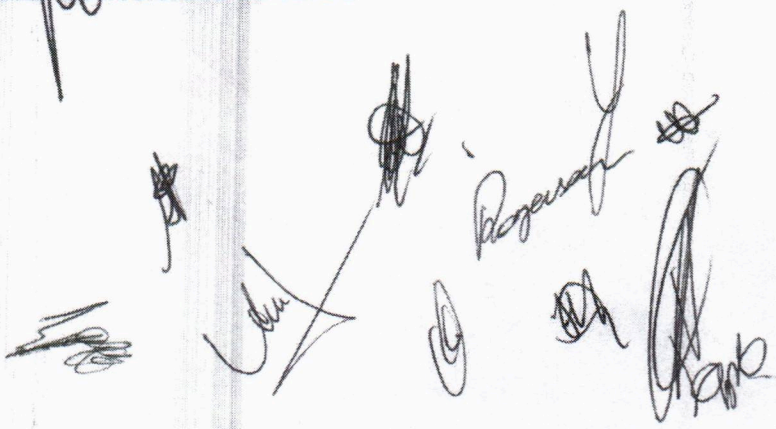
Os itens em questão são pedidos em sua maioria para ser entregues juntos, ou seja, que possuem a mesma natureza. A licitação em lote é melhor para o controle, gestão e fiscalização do contrato.

Realizando o processo por lotes uniformiza as entregas, melhora o andamento do evento, pois não fica dependente de diversos fornecedores para entrega e distribuição dos materiais, reduz as despesas administrativas, além da economicidade de tempo e agilidade na aquisição dos itens.

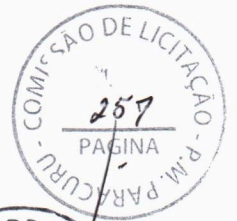
A pesquisa de mercado realizada comprova ainda que diversas empresas fornecem os objetos propostos, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.

  
Francisco Hennes Ferreira Cunha  
Responsável pelo TR

FRANCISCO HENNES FERREIRA CUNHA  
Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde







**ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
DEMANDA CONSOLIDADA

**LOTE 01 - VASILHAMES E RECARGAS DE GÁS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT. TOTAL
01	<b>BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG - EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).</b>	UND	152
02	<b>RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG - EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).</b>	UND	2.346

**LOTE 02 - VASILHAMES E RECARGAS DE ÁGUAS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT. TOTAL
01	<b>ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML - ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML</b>	UND	24.100
02	<b>ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML - ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.</b>	UND	27.900
03	<b>GARRAFÃO PARA ÁGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS - EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.</b>	UND	498
04	<b>RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFÃO DE 20 LITROS - EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.</b>	UND	19.820





RECEIVED BY THE OFFICE OF THE COMPTROLLER

STATE OF NEW YORK

100	100
200	200
300	300
400	400
500	500
600	600
700	700
800	800
900	900
1000	1000

RECEIVED BY THE OFFICE OF THE COMPTROLLER  
 STATE OF NEW YORK  
 DEPARTMENT OF THE COMPTROLLER  
 110 NASSAU ST. NEW YORK, N.Y. 10038

STATE OF NEW YORK

100	100
200	200
300	300
400	400
500	500
600	600
700	700
800	800
900	900
1000	1000

RECEIVED BY THE OFFICE OF THE COMPTROLLER  
 STATE OF NEW YORK  
 DEPARTMENT OF THE COMPTROLLER  
 110 NASSAU ST. NEW YORK, N.Y. 10038







### VALORES MÉDIOS

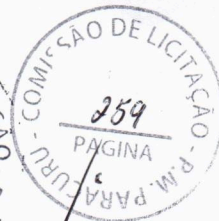
#### LOTE 01 - VASILHAMES E RECARGAS DE GÁS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT. TOTAL	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	BOTIJÃO DE GÁS, BUTANO (GÁS DE COZINHA), 13KG - EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E ANP (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	UND	152	233,34	35.467,68
02	RECARGA DE GÁS, (GÁS DE COZINHA), 13KG - EM CONFORMIDADE COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) E DA ANP (AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO).	UND	2.346	118,68	278.423,28
VALOR GLOBAL R\$					313.890,96

#### LOTE 02 - VASILHAMES E RECARGAS DE ÁGUAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT. TOTAL	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
01	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 300ML - ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 300ML	UND	24.100	1,84	44.344,00
02	ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, EM GARRAFA DE 500ML - ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICO; CONTENDO 500ML.	UND	27.900	2,07	57.753,00
03	GARRAFAO PARA AGUA, VAZIO, COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS - EM MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	UND	498	26,61	13.251,78
04	RECARGA DE ÁGUA, ADICIONADA DE SAIS, EM GARRAFAO DE 20 LITROS - EMBALADO EM MATERIAL DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E LACRADO.	UND	19.820	7,46	147.857,20
VALOR GLOBAL R\$					263.205,98





**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA CONSOLIDADA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01.002/2025

OBJETO: Registro de preços visando a aquisição de águas adicionadas de sais, águas minerais, vasilhames de água, recarga de gás e vasilhames de gás, para atender as demandas da Secretaria de Educação e demais órgãos participantes do município de Paracuru/CE, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital.

**LOTE \_\_ - VASILHAMES E RECARGAS DE \_\_\_\_\_**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UNID.	QUANT. TOTAL	MARCA/FABRICANTE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: .....(.....).

PRAZO DE VALIDADE DO OBJETO: .....

PRAZO DE ENTREGA: .....

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: .....

**DECLARAÇÃO DA LICITANTE:**  
-De que nos preços oferecidos, estão incluídas todas as despesas incidentes sobre a execução do fornecimento referente a frete, tributos, impostos, taxas, encargos, deslocamento de pessoal, validade, entrega e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto cotado, inclusive a margem de lucro;  
-De que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

DATA,

**OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.**

Observação 1: Esta Proposta deverá ser anexada junto ao sistema da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, em PDF, sob pena de desclassificação.

Observação 2: Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante.

Observação 3: ELABORAR PROPOSTA INDIVIDUALMENTE PARA O LOTE COTADO.





PREFEITURA DE  
**PARACURU**  
Uma nova história!



Observação 4: Deverá fazer parte integrante da Proposta (quando for o caso), relatório de Detalhamento da Composição de Custos diretos e indiretos e de formação de preços em relação aos componentes que implicam na formação do preço final, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

